

Condições de educabilidade em escolas públicas da Gávea: o Conselho Tutelar na garantia de direitos

Lucas de Souza Lima Batista

Orientador: Marcelo Burgos

PUC-Rio

Resumo

Este trabalho advém das reflexões e aplicações metodológicas em curso na pesquisa “Gávea Fraterna: ações em torno das escolas públicas da Gávea, seus estudantes, famílias e comunidades”. A pesquisa tem como objetivo observar as condições desiguais nas quais os estudantes de escolas públicas de Ensino Fundamental localizadas na Gávea se encontram ao participarem da atividade escolar, com foco privilegiado na questão da distância social que separa essas escolas da realidade de seus estudantes, quase todos moradores da favela da Rocinha. Para isso, utiliza-se como referência o conceito de educabilidade proposto por Nestor López (2009), que aborda a distância entre o aluno real da escola e aluno idealizado por ela. A noção de educabilidade permite que se pense a forma pela qual as escolas lidam com o contexto em que vivem seus estudantes, entendendo essa como sendo uma questão que evoca a responsabilidade do nosso arranjo institucional em sua forma mais ampla. Nesse sentido, a pesquisa também aborda de modo específico a forma como o Conselho Tutelar atua nessa triangulação entre o estudante, sua realidade familiar e comunitária, e a escola, aspecto que pretendo esmiuçar elaborando os dados obtidos com a análise dos casos registrados no CT 13 (São Conrado/Rocinha) em relação com o fenômeno da infrequência e evasão escolar, buscando qualificar a compreensão da assim chamada “crise” na educação.

Palavras-chave: Educabilidade; escola pública; rede de apoio.

Relação com a pesquisa

Meu envolvimento enquanto pesquisador se iniciou com um processo formativo, de contato com a bibliografia e com o desenho institucional do sistema de proteção social e acesso à educação escolar fundamental, caracterizando as incumbências de órgãos como o Poder Executivo Municipal; o Conselho Tutelar; o Juizado da Infância e da Juventude; os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Direito da Criança e do Adolescente; a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público; a Defensoria Pública e a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, além de uma primeira análise sobre as FICAIs, um dos elementos centrais do interesse na temática da infrequência e evasão, melhor detalhadas no tópico “resultados”.

O que se seguiu foram as visitas ao CT 13, momentos nos quais nos dedicávamos quase que integralmente à transposição dos procedimentos do papel para o formulário digital, mas que também consistiu na reunião de colegiado da qual fizemos parte, além da apresentação da base de dados de maneira primária. Ademais, conversamos com os gestores escolares de escolas públicas da Gávea sobre temas de relevância para o desenvolvimento da pesquisa. Há uma diferença no ofício que cada pesquisador teve de realizar, levando em consideração a multiplicidade de tarefas a serem cumpridas,

com estudo sobre escolas e agências de redes de proteção e os usos do bairro da Gávea pelos estudantes. Todos os envolvidos na pesquisa tem igual capacidade de participação no que diz respeito a interpretação de seu andamento e sugestões sobre como ela deve se dar.

Cabe destacar que, na minha experiência individual, integro reflexivamente essa pesquisa com o que vem sendo desenvolvido no Núcleo de Estudos sobre Escola, Sociedade e Democracia (Departamento de Ciências Sociais/PUC-Rio), que tem logrado extensas discussões sobre a sociabilidade digital e seus impactos na vida escolar, a precarização do trabalho no capitalismo de plataforma, as novas subjetividades desenvolvidas no primeiro quarto do século XXI, o histórico de concepções sobre educação em sua relação com a justiça social dentre outros temas que comportam o objetivo de visualizar mais precisamente quais os efeitos das drásticas mudanças que estamos experienciando hodiernamente.

Introdução

A noção de educabilidade desenvolvida por Nestor López (2009) se faz central para a realização da pesquisa na medida em que é valorizada a correlação entre as condições socioeconômicas sob as quais os alunos das escolas se encontram com a atividade escolar por si. Ou seja, apesar de não estarem necessariamente na circunscrição do cotidiano em sala de aula, questões como uma boa alimentação, qualidade do sono, dos materiais escolares, acessibilidade, relação professor-aluno, perfil da comunidade escolar (mais acolhedor ou mais excludente) dentre outras variáveis concebíveis são importantes para que se verifique a disposição e o rendimento dos alunos durante as aulas e a convivência nesse ambiente, implicando a reflexão por parte do autor a respeito das diferenças culturais e estruturais daqueles que constituem o espaço educacional, o que vai de encontro com o que se pretende na pesquisa: verificar, nas escolas públicas da Gávea, um fenômeno que é característico de outros bairros, tratando aqui de regiões marcadas pela presença residencial das classes média e alta, mas cuja demografia da educação pública local é definida por pessoas vindas de favelas.

No caso da pesquisa, as escolas analisadas (E.M. Christiano Hamann, E.M. Manoel Cícero e E.M. Oscar Tenório) recebem alunos em sua maioria da Rocinha, mas também Vidigal e Vila Parque da Cidade, por exemplo, cada uma com as suas especificidades e influências na subjetividade dos estudantes que, quando examinadas, nos permitem a proposição de políticas que enfrentem de maneira sólida e efetiva a aparente força centrífuga (inclusive no que diz respeito à infrequência e evasão) entre as escolas e seus alunos. O exercício de diagnóstico e proposição de instrumentos é o que constitui a primeira fase do projeto, em curso até dezembro de 2024. Cabe destacar que a presente pesquisa dá continuidade e complementa um diagnóstico traçado sobre essas três escolas no ano de 2013, em que ganham peso temas como a presença do digital na vida dos estudantes e as novas relações e medidas tomadas a esse respeito.

Complementarmente, pode se atentar às legítimas reivindicações de estudantes vindos de uma realidade de pobreza e exclusão social que, ao chegarem no ambiente universitário, apontam a discrepância entre alunos que dispuseram de todo um arcabouço formativo para que se desenvolvesse com mais facilidade a adaptação e integração a essa transição ensino médio/faculdade e alunos que dispuseram de poucas oportunidades de reflexão sobre o tema, em que muitas das vezes tiveram essa perspectiva minada pelo trabalho, questões familiares, falta de acesso à escola, ausência de condições materiais etc. Nota-se um fenômeno que também ocorre na escola e que no contexto do ensino médio recebe a nossa especial atenção pela sua criticidade no momento em que começa a se anunciar a vida



adulta, estreitam-se as responsabilidades e as decisões têm mais importância quanto ao caminho que trilharão em suas vidas: a *brecha* (“hiato”, em tradução livre) entre o que é esperado por parte da escola no que tange às competências que os estudantes devem ter para assimilação do conteúdo, permanência plena e bom convívio e as condições reais sob as quais tenta se efetivar esse processo. Sobre isso, López argumenta:

Frente a esta realidad, los docentes se encuentran en una situación sumamente compleja. Una dificultad a la que hacen permanente referencia está en lograr con sus alumnos un clima de trabajo adecuado dentro del aula. La alusión a los problemas de indisciplina, falta de atención, ausentismo o falta de cooperación es casi constante, tanto en escuelas que tienen una política más selectiva respecto a los alumnos como aquellas más abiertas. (López, 2009, p. 100)

Identifica-se aqui que a figura do professor não tem de realizar somente a divisão dos conteúdos, racionalizando em quais momentos da experiência escolar os alunos devem ser expostos a determinados conhecimentos, mas sofre com os efeitos de uma defasagem estrutural que exige uma capacidade de readaptação que, muitas das vezes, não está em sua alçada, não por falta de esforço, mas pelo resultado desse que não abrange o problema em sua magnitude. É a partir dessa concepção que propõe-se, nessa apresentação em específico, uma crítica a ideia de “crise” na educação, muitas das vezes atribuídas pelo senso comum à perda da moralidade e dos bons costumes, em uma espécie de elegia a um imaginado passado mítico e glorioso da educação brasileira, negligenciando o fato de que a realização do ensino se dá através de uma rede, um arranjo institucional que evoca a totalidade de nossos agentes em suas múltiplas instâncias para que, na ponta, se tenha consolidada a relação professor-aluno. Não há investimento baixo de maneira impensada, tampouco desarticula-se a integração entre as instituições capazes de agir sobre a qualidade da educação deliberadamente: temos assistido os efeitos de um capitalismo tardio individualista, o crescimento de um estoicismo esvaziado e vinculado à perspectiva empresarial e, fundamentalmente, ataques à produção do pensamento crítico que só se vê bem formado quando o aluno dispõe de condições plenas para interpretar o mundo ao seu redor, sem um número alarmante de preocupações que possam comprometer sua vitalidade.

É necessário, inclusive, identificar a origem do conjunto de ideias que formam muitas das proposições políticas que visualizamos hoje em dia, como a sugestão de que a matéria de “educação moral e cívica” deveria retornar aos quadros escolares, sob a hipótese de que se deve educar moralmente os estudantes para que possamos nos recuperar da crise comportamental identificada por esses agentes. Há, em sua base, uma conduta reativa ao acesso à educação pelas classes populares, fundamentada em uma perspectiva racista, que remonta a formação social do Brasil, considerando o legado colonial e a estruturação própria da República em seus primeiros anos. Nesse sentido, Pizolati e Alves expõem:

Esses debates sobre o que constitui a conduta moral dos sujeitos e de que forma a educação poderia modelar o seu caráter foram discutidos por distintas autoridades, como políticos, médicos, higienistas, eugenistas, sanitaristas e pedagogos nas primeiras décadas do século 20, período em que se articulou um sistema nacional de ensino no País. O objetivo dessas polêmicas, à época, era evitar que a sociedade se “corrompesse” e se “degenerasse” devido à disseminação de vícios e comportamentos considerados “impróprios”. (Pizolati; Alves, 2019, p. 656)

Diante das questões que compreendem dramas específicos da realidade brasileira, é importante estabelecer que noções como a de educabilidade se distanciam de afirmações desse tipo, uma vez que nos auxiliam a identificar essa crise como uma questão de investimento, planejamento e diálogo entre as instituições, sem culpabilizar a presença das classes populares nas escolas pelas dificuldades estruturais com as quais nos defrontamos. Aliás, é justamente com o objetivo de tornar protagonistas do projeto pedagógico as realidades vividas por todos os estudantes, que atualmente não se encontram em situação de igualdade, que se advoga a favor da melhoria de sua qualidade de vida, em que é crucial que se tenha um aluno apto a estudar, na sua integridade física, psicológica e de acessibilidade, que tenha poder de participação dentro da sala de aula, dissertando sobre as práticas e questões que o concernem.

Metodologia

No sentido de promover uma melhor visualização da rede de educação sob a qual propomos que seja fortalecida, a pesquisa se dedicou em consultar tanto um lado de garantia do direito civil, representado pelo Conselho Tutelar 13 (São Conrado/Rocinha) nas suas relações com a escola, seja através de demandas ou denúncias, quanto o convívio escolar em si, através de reuniões com gestores, que expuseram as suas vivências no espaço. Enfatiza-se o momento no qual a pesquisa se encontra, sua primeira fase, com pretensão de duração de outubro de 2023 a dezembro de 2024 (cinco trimestres), em que se concebe como esse ambiente desigual afeta o cotidiano dos estudantes, traçando um diagnóstico sobre questões específicas de qualidade de vida e acesso à educação, idealizando quais tecnologias sociais poderiam contribuir para que haja maior proximidade entre os alunos e a escola.

Quanto ao CT, foi feita revisão manual de todos os casos registrados durante o ano de 2023 no Conselho Tutelar 13, digitalizados e compilados em categorias que se estendem desde a situação familiar da criança até a sua possível relação com a escola, esmiuçando-se na caracterização da violação ou demanda inclusa no documento. Também houve a oportunidade de participar de uma reunião de colegiado, dando relevância para como são as atividades do CT e o andamento próprio da pesquisa nas suas implicações éticas, metodológicas, teóricas etc.

Os dados obtidos com a visualização dos casos foram apresentados de maneira primária, o que não significou ausência de reflexão sobre o material construído até agora, em que, inclusive, a devolutiva se mostrou satisfatória para os membros do CT. Pretende-se elaborar melhor a parte bruta desenvolvida para posterior apresentação mais inteligível e dinâmica.

Na parte relacionada às entrevistas com gestores, há uma estrutura dividida em três eixos: a rotina administrativa da escola no que se refere aos temas de interesse para o enfrentamento da brecha da educabilidade; como os gestores percebem os problemas da educabilidade em sua escola; e como percebem as formas de atacar os problemas identificados. Diante desse planejamento as entrevistas também vieram acompanhadas das preocupações fundamentais acerca do pós-pandemia, da atividade do conselho tutelar e da interação com as tecnologias digitais, sensíveis ao que é gradativamente exposto pelo entrevistado, permitindo um certo trânsito entre questões próximas e distantes desse escopo.



Justificativa e objetivos

A pesquisa, norteadada pelo entendimento das circunstâncias enfrentadas pelos alunos dessas escolas públicas da Gávea no dia a dia em conjunto com a proposição de estratégias de fortalecimento da educabilidade, se dá em um contexto de necessidade de interpretação qualificada das novas sociabilidades que permeiam o ambiente estudantil, em que se atenta para a presença do digital, das influências da pandemia na preservação exacerbada da individualidade e no acirramento das desigualdades e da vulnerabilidade das classes populares, das pretensões e ânsias que surgem com a precarização do trabalho e outras nuances que compreendem a consolidação de paradigmas característicos da era informacional do capitalismo e da formação da Indústria 4.0. A reincidência da pesquisa (leia-se o fato de que está sendo realizada 10 anos após um processo similar metodologicamente) é fundamental para que se perceba a transição com a qual estamos lidando, além de fortalecer uma compreensão dinâmica do problema, indo contra uma eventual cristalização que poderia surgir e influenciar nosso imaginário interpretativo, inevitavelmente datado pelo curso do tempo.

Surge, dessa forma, o propósito de uma educação inclusiva, que valorize a existência das diferenças sociais no sentido de produzir cenários mais equitativos. Raciocinar sobre a distância física e social que muitos dos estudantes tem de enfrentar no acesso à escola e como se dá a sua relação em espaços elitizados é um exercício caro a uma proposta política de cidade que confira a todos o direito de estar condicionado a uma boa educação, saúde, segurança pública, mobilidade, cultura e tudo o que compreenda a dignidade necessária para se aprender novos conhecimentos, em lugar de uma lógica urbana que se nutre da produção intelectual e material das favelas, mas que as exclui e reserva para si a qualidade de vida e a cidade como produto da urbanidade propriamente dita.

É fundamental que se explicita, prezando por uma conexão firme entre as instituições que constituem o quadro educacional, que a pesquisa em curso é realizada em parceria com o Instituto Francisco, cujas atividades têm surtido efeito na ampliação e aprofundamento do conceito de “Bairro Fraterno” (que deu nome ao projeto piloto de 2022, desenvolvido pelo Laboratório Dédalo/PUC-Rio, com o objetivo de compreender dores e necessidades do bairro da Gávea), além da presença fundamental do CT 13, do Observatório dos Conselhos/UFRJ e de outras instâncias (como as escolas) voltadas para a finalidade de fazer com que as estratégias propostas resultem efetivas e se mantenham.

Resultados

A já referida atenção que se dá ao ensino médio pelo seu caráter crítico e decisivo na vida dos estudantes, é em certa medida confirmada e sustentada pelos registros de idade recolhidos analisando os casos do CT 13. Faz-se necessária uma qualificação do que é o Conselho Tutelar, haja vista a considerável parcela de responsáveis, conforme sustentado nas entrevistas com gestores escolares, que o percebem com um certo receio. Trata-se de um órgão da sociedade civil de garantia de direitos que tem atuação na infância e adolescência, o que, sob a lente da educação, nos condiciona a uma análise de pessoas que, tendo ou não casos registrados relacionados com a escola, estão geralmente em faixa etária de escolarização, estendendo-se desde os primeiros meses de vida a alguns casos raros entre a faixa dos 18 e 20 anos.

O Conselho Tutelar adota a medida de unir a criança que está no epicentro do processo com os seus irmãos, o que parece estar associado com a valorização da capacidade de contemplação da realidade daquela família como um todo. Isso implica em 643 idades registradas, número que não

coincide com os 543 procedimentos sistematizados (mais 48 faltantes). Desse universo, 170 jovens estão entre os 15 e 17 anos, justamente o intervalo que compreende, idealmente, os três anos do ensino médio, representando, aproximadamente, 26,44% desse universo, sendo a maior porcentagem registrada, seguida de 6 a 8 anos, com 16,8%; 3 a 5 anos, com 15,54%; 12 a 14 anos, com 14,93%; 9 a 11 anos, com 13,84%; 0 a 2 anos, com 8,1%; e 18 a 20 anos, com 4,35%. Sobre a relação escola-família, pensa-se o seguinte:

Assim, é nessa linha que entendemos tal entidade como uma potencial parceira da escola e da família na superação de obstáculos que atrapalhem a trajetória escolar. A final, ao menos em tese, todas essas instituições têm por interesse comum a educação da criança e do adolescente. No entanto, tal parceria, apesar de já ocorrer de maneira incipiente, não está dada. Daí a necessidade de que ela venha a ser efetivamente construída e constantemente valorizada. (Canegal; Laurindo, 2014, p. 236)

Essa reflexão foi extraída de um estudo de quatro casos que teve como ponto de partida a pesquisa “Conselho Tutelar e gestão escolar de famílias vulneráveis”, de 2011, mas que mantém sua atualidade quando se percebe, sob a nossa investigação, que a maioria dos casos registrados (56,4% diretamente e 6,9% indiretamente) tem relação com a escola, na mesma medida em que quase 60% das demandas e serviços solicitados pelos pais tinham a ver com vaga no sistema educacional e, quanto as providências e encaminhamentos tomados pelo CT, há uma forte presença da rede de educação, com a maior frequência dentre todas as variáveis, em que se destaca a notificação aos responsáveis, o envolvimento judicial, a busca por médico psicossocial e o acionamento da Defensoria Pública.

A Ficha de Informação e Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) é um documento emitido pela escola e encaminhado ao Conselho Tutelar, com acompanhamento do Ministério Público, nos casos em que são constatadas faltas reiteradas do aluno de 4 a 17 anos, durante 5 dias consecutivos ou 20% de ausências injustificadas mensais. Sua caracterização importa pelo tema da infrequência e evasão, mais precisamente no que diz respeito à resposta por parte da rede de educação que se dá pela busca ativa, esforço de resolução para que o aluno volte a estudar, visando entender os motivos pelos quais está faltando. Destarte, pode-se trabalhar na relação entre a atividade do CT e a das escolas, uma vez que a busca ativa é prática que foi visualizada em ambas as instâncias.

Contudo, o monitoramento a respeito da infrequência e evasão sugere alguns desafios e aspectos que precisam ser iluminados, seja pela refinada estrutura na qual se opera essa busca, conforme descrito por um dos gestores das escolas entrevistado, ou por desafios a respeito do contato da instituição com os responsáveis pelo aluno e por como se dá sua presença em si. Quanto ao primeiro aspecto, menciona-se em uma das escolas visitadas a importância da figura do agente de infrequência, que realiza chamada independente das dos professores, verificando se o aluno falta três dias seguidos o que, em caso positivo, resulta em contato com a direção, que comunica os pais. Além disso, há a verificação documentada de alunos que se mudam, solicitando declaração para que se tenha a garantia de que mesmo em outra escola, cidade ou estado, o aluno continue estudando. No segundo aspecto, refere-se às dificuldades cotidianas para que essa busca ativa seja exitosa, adotando diversas estratégias como: mensagem por *WhatsApp* em caso de não atendimento às chamadas telefônicas, em que se enfatiza o uso da palavra “urgente”, que parece mobilizar os responsáveis para saber do que se trata; contato com pessoas que moram próximas ao aluno, que auxiliam no processo como mediadores no

contato com a família, o que se estende até para os motoristas da condução particular, por exemplo; e a situação específica de uma “infrequência velada”, que consiste na somatização dos atrasos e perdas de aula na parte da manhã, o que exige uma postura mais reativa, em que se sugere, inclusive, a chamada do Conselho Tutelar. Chama a atenção o fato de que, com a busca ativa, enquanto dura a gestão, não foi necessário emitir FICAI.

Nota-se uma diferença positiva, na concepção da gestão, quanto à proibição do uso de celulares por parte da prefeitura, em que há um aparente aumento na frequência das brincadeiras entre os estudantes, cuja interação não se dá mais de maneira tão definitiva pelo virtual (o celular foi proibido no recreio). Há também a percepção de mudanças comportamentais quanto a queda da ansiedade e aumento da atenção dos alunos e, pelo lado dos professores, foram mencionadas as diferenças na tratativa sobre o uso dos celulares, o que denota o impacto da medida da prefeitura, haja vista a reação de alguns que avidamente os retiram, mesmo em situações simples como consultar a hora.

A pesquisa tem se dado num contexto de amplo diálogo com diferentes sujeitos da rede de educação com disposição para realizar as mudanças necessárias ao fortalecimento da educabilidade de seus estudantes. Extraem-se dos momentos nos quais há contato direto da pesquisa com professores, gestores, conselheiros e outras entidades administrativas não apenas relatos daquilo que vivem com as crianças e adolescentes que constituem o espaço escolar, mas o desenvolvimento de uma base de dados robusta quantitativamente e qualitativamente para que se enxergue com mais eficácia a drástica transformação sob a qual estamos inseridos com os olhos do presente.

Conclusão

O presente estudo evidencia as complexas interações entre as condições socioeconômicas dos alunos das escolas públicas da Gávea e seu desempenho escolar, destacando a relevância do conceito de educabilidade. Através da análise das práticas e desafios enfrentados pelo Conselho Tutelar e pelas escolas, foi possível identificar a importância de uma abordagem integrada e colaborativa para enfrentar os obstáculos à educabilidade, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, indo de encontro com expectativas já registradas em sua origem de formar interações entre o CT e outras escolas, o CRAS e outras organizações da sociedade civil e a proposição de projetos escolares transversais entre as localidades abrangidas.

Reforça-se a necessidade de políticas públicas que promovam a equidade educacional, considerando as especificidades culturais e estruturais dos estudantes provenientes de favelas como a Rocinha, Vidigal e Vila Parque da Cidade. O trabalho também sublinha o papel crítico do Conselho Tutelar na mediação entre escola, família e comunidade, propondo uma reavaliação das estratégias de enfrentamento da infrequência e evasão escolar.

Ao propor uma reinterpretação da chamada "crise" na educação, este estudo questiona a visão simplista que atribui essa crise à perda de valores tradicionais, apontando para a necessidade de um maior investimento em redes de apoio que compreendam as múltiplas instâncias institucionais envolvidas na educação. Em última análise, o fortalecimento dessas redes é essencial para garantir que todos os estudantes, independentemente de sua origem social, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e dê protagonismo a suas realidades e potencialize suas capacidades.



Referências Bibliográficas

BURGOS, Marcelo; CAMASMIE, Mariana J.; CASTRO, Rafaelle; CARNEIRO, Aristóteles V.; MATOS, Marcelo & MONTEIRO, Sarah L. (2014), “Infrequência e evasão escolar: nova fronteira para a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente”. Revista Desigualdade e Diversidade, Departamento de Ciências Sociais, PUC-Rio.

CANEGAL, Ana Carolina; LAURINDO, Sarah. Conselho Tutelar, um mediador da relação escola-família. In: BURGOS, Marcelo (Org.). A Escola e o Mundo do Aluno: Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. Garamond.1. ed. Rio de Janeiro: 2014.

CASTRO, Rafaelle Monteiro. (2018) Crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos no Brasil Pós-ECA: o Conselho Tutelar e a Rede de proteção. Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais.

LÓPEZ, Nestor. Equidad educativa y desigualdad social. Desafíos a la educación em el nuevo escenario latinoamericano. Buenos Aires: IIPE – UNESCO, 2005.

PIZOLATI, Audrei; ALVES, Alexandre. Os debates sobre educação moral, caráter e conduta do indivíduo nas primeiras décadas do século 20 e seus reflexos na atualidade. Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 100, n. 256, p. 651–674. set./dez., 2019.